

# Alguns elementos da epistemologia das ciências sociais de Karl Popper\*

## Some epistemology's elements of Social Science by Karl Popper

Julio Cesar R. Pereira<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo discute os principais elementos da epistemologia das ciências humanas de Karl Popper. Foi organizado como segue. Em primeiro lugar, nos posicionamos sobre a polêmica Popper-Adorno. Então, estabelecemos os parâmetros de discussão, nomeadamente no que respeita a ideia de “explicação científica”. A seguir são analisados alguns elementos da Teoria do Conhecimento de Popper. A parte final discute os parâmetros científicos de Ciências Sociais

**Palavras-chave:** Popper. Epistemologia. Explicação. Modelos. Ciências sociais.

### Abstract

This article discusses the main elements of the epistemology of human sciences of Karl Popper. It was organized as follows. First, we positioned ourselves in the Popper-Adorno controversy. Then we established the parameters of discussion, particularly in regards to the idea of “scientific explanation”. Some elements of Popper’s Theory of Knowledge are then analyzed. The final part discusses the scientific parameters of Social Sciences

**Key Words:** Popper. Epistemology. Explanation. Models. Social Science.

### Nota Inicial a Respeito de uma Polêmica

Em 1961, aconteceu em Tübingen um célebre debate entre Karl Popper e Theodor Adorno que, publicado em 1968 com o restante dos textos do Congresso de Sociologia, deu origem ao volume: *A Controvérsia do Positivismo na Sociologia Alemã*.

O título do livro, sem, dúvida chama a atenção. Quando consultamos os autores que o integram, apenas Karl Popper pode ter seu nome relacionado, ainda que por uma coincidência de nascimento, com o Círculo de Viena. Apesar disso, não há como

negar que a vulgata teórica costuma relacioná-lo como membro do Positivismo Lógico. Que isso se constitua em um equívoco grave, é fácil observar quando examinamos algum texto de, por exemplo, Moritz Schlick: “[...] para encontrar o sentido de uma proposição é necessário reformulá-la introduzindo definições sucessivas, até que ao final permaneçam apenas palavras que já não são passíveis de definição, mas cuja significação só pode ser demonstrada diretamente.” (SCHLICK, 1985, p. 44). O cerne do Positivismo Lógico reside justamente

\* Agradeço aos dois pareceristas anônimos pelas sugestões apresentadas a primeira versão desse texto.

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia. Membro do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia da PUCRS. Endereço Eletrônico: virtujulio@hotmail.com

em dizer que o sentido de uma proposição somente pode ser determinado pelo dado. Essa afirmação não é em absoluto uma teoria, já que se constitui no pressuposto básico para a elaboração de qualquer teoria. Cabe também frisar que não se restringem ao imediatamente dado, pois a verificabilidade em seu sentido lógico significaria que “[...] um enunciado só tem sentido indicável, se fizer alguma diferença verificável o fato de ser ele verdadeiro ou falso.” (SCHLICK, 1985, p. 45).

Basta que se conheça a aversão de Popper por questões referentes ao significado ou ao caráter indutivo que o acompanha e dificilmente se conseguirá enquadrar sua obra nessa perspectiva. Como o sentido que Comte empresta ao termo, ao que sabemos, nunca foi associado ao nome de Popper, o título do livro causa-nos certa estranheza<sup>2</sup>. Na nota de abertura da *Introdução* que faz ao texto, o próprio Adorno reconhece: “Repetimos mais uma vez que, em princípio, Popper e Albert não são positivistas lógicos em sentido estrito.” (ADORNO, 1973, p. 12). Mas se não são positivistas em sentido “estrito”, o são em sentido “amplo”? O que seria um “positivista em sentido amplo”? A resposta dada por Adorno é que ambos julgam que uma discussão somente é possível quando procedemos:

[...] de acordo com a lógica formal. A tese de sua proeminência, não obstante, constitui o núcleo mesmo da concepção positivista ou - alterando uma concepção tão sobrecarregada por outra mais aceitável para Popper - cientificista de toda a ciência, incluindo a sociologia e a teoria da sociedade (ADORNO, 1973, p. 13).

Anthony Giddens oferece-nos uma visão mais “precisa” desse “Positivismo em sentido amplo” (GIDDENS, 1998, p. 170). ‘Positivismo’ seria uma posição teórica que adota as seguintes teses: a) fenomenismo, ou seja, a realidade consiste em impressões sensíveis; b) aversão à Metafísica; c) a Filosofia, em que pese dispor de métodos de análise distintos, é parasitária da ciência; d) dualidade fato-

valor; e) noção de unidade da ciência.

Como se pode notar, nenhuma das caracterizações parece ser suficientemente aceitável. Pela de Adorno, poderíamos dizer que Aristóteles é um positivista. Pela de Giddens, Hume mereceria esse rótulo. Dessa forma, esse texto pretende discutir a epistemologia das ciências humanas de Popper, evitando mergulhar em qualquer polêmica na direção da chamada “*Disputa do Positivismo*”, afinal de contas, um conceito que tudo inclui nada explica.

### Colocação de Alguns Problemas Fundamentais

Em pelo menos três textos dos anos 40 - *A Miséria do Historicismo e Rumo a uma Teoria Racional da Tradição*<sup>3</sup>, mais centrados em teoria da ciência e *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, basicamente centrado em política - Popper nos dá conta de alguns dos problemas que envolveriam a elaboração de uma epistemologia das ciências sociais. Parece ser correto afirmar, como quer o historicismo, que a história não pode ser o resultado de um mero choque caótico de grandes individualidades - Cesar, Napoleão, Hitler, etc. - porém daí não se segue que seja possível afirmar que subjaz a esses acontecimentos uma grande lei evolutiva universal. A pergunta que se coloca é: como conciliar racionalidade e indeterminação quando se analisa um fato histórico?

Aprofundemos um pouco essa questão. Em ciência, é possível explicar tanto fatos específicos quanto regularidades. Nos dois casos, a estrutura formal será, em princípio, a mesma. Acompanhemos o exemplo que Popper nos oferece, se quisermos explicar o rompimento de um fio de nylon, iremos necessitar dos seguintes elementos:

a) Uma lei universal enunciada tal como se segue: para cada fio de estrutura ‘X’, o peso máximo que ele suporta é ‘Y’, qualquer peso superior terá por consequência o rompimento do fio.

<sup>2</sup> Não só a nós. Popper se mostra desconfortável com essa associação. (POPPER, 1996, Chapter 3).

<sup>3</sup> Texto de 1948, posteriormente publicado como o cap. 4 de Popper (1998).

b) Condições iniciais do tipo: o fio que ora observamos possui uma estrutura ‘X’, porém suporta o peso de ‘Y + 1’.

c) Prognose: o fio irá se romper<sup>4</sup>. (POPPER, 2005).

Para explicar uma regularidade, o procedimento será semelhante, e apenas nos valeremos de uma lei mais geral. Como se pode observar, não se fala aqui em causa e efeito em sentido absoluto, mas sim com referência a uma determinada lei específica. Disso podemos depreender que uma explicação causal, em última análise, é permitida pela existência de leis. Se como todos sabemos, Popper é um ferrenho anti-historicista, a conclusão a que esse raciocínio nos parece conduzir é que ou existe uma drástica dualidade entre ciências naturais e ciências sociais, ou não existe racionalidade explicativa possível dentro das humanidades.

Quanto a uma eventual dualidade metodológica, não só Popper é claro em descartá-la<sup>5</sup>, como o fato de fazê-lo também é consenso entre seus intérpretes<sup>6</sup>. Quanto à racionalidade explicativa dentro das ciências sociais, a “resposta” inicial oferecida por Popper na *Miséria do Historicismo*, uma resposta de não mais de 10 páginas, dá-nos conta de algumas questões que não costumamos perceber. Tanto em ciências naturais, quanto em ciências humanas nunca nos defrontamos com “fatos concretos”<sup>7</sup>. Nesse ponto, Popper apresenta um de seus argumentos básicos: o caráter imediato das impressões sensoriais

é apenas ilusório, um enunciado do tipo ‘aqui está um copo de água’, ou ‘percebo um copo de água’ ou ‘vivencio um copo de água’ transcende em muito a singularidade, emprega nomes e conceitos universais não redutíveis ao dado imediato: “(Uma ‘experiência imediata’ é ‘imediatamente dada’ apenas uma vez; ela é única.). Pela palavra ‘copo’, nós denotamos corpos físicos que apresentam certo comportamento legalóide (law-like behaviour), o mesmo acontecendo com a palavra ‘água’” (POPPER, 2005, p. 94).

As coisas não se alteram quando revestimos esse psicologismo com uma linguagem lógica, tal como o faz o Círculo de Viena, o ponto sempre será mesmo: da certeza absoluta e singularidade do imediatamente dado serão inferidas por indução leis gerais. Como a indução é, tanto sob o ponto de vista lógico quanto sob o ponto de vista psicológico, insustentável<sup>8</sup>, ficaremos com um problema interessante: ou o positivista lógico terá de admitir a carência de significado das leis científicas ou deverá reduzi-las ao instrumentalismo e, conseqüentemente, abrir mão da idéia de verdade.

Popper escapa dessa dificuldade ao admitir que as teorias científicas nada mais são do que hipóteses que a priori lançamos sobre o mundo. Obviamente, a pergunta que Popper deverá responder diz respeito à formação desses aprioris. Em outros textos<sup>9</sup>, essa discussão nos conduziu as bases do pensamento de Popper: um realismo metafísico de cunho indeterminista e uma concepção de conhecimento evolucionária de matriz darwinista.

<sup>4</sup> Não se está dizendo aqui nenhuma novidade, já que esse é o modelo explicativo Popper-Hempel: “Explicação dedutiva de certo acontecimento evidencia que esse acontecimento resultou de circunstâncias particulares especificadas e de conformidade com certas leis gerais; habilita-nos, assim, a compreender o acontecimento dando-nos consciência de que à vista daquelas leis e das circunstâncias particulares, sua ocorrência era de esperar.” (HEMPEL, 1975, p. 162).

<sup>5</sup> Cf. por exemplo: “Na presente seção, proporei uma doutrina de unidade de método, ou seja, a doutrina de que todas as ciências teóricas ou generalizadoras se valem de um só método, sejam elas Ciências Naturais ou Ciências Sociais.” (POPPER, 1980, p. 102).

<sup>6</sup> “In general, and especially in his earlier essays, Popper was largely intent on showing that the methods of the social sciences are, or at least should be, the same as those of the natural sciences. [...] I can briefly note that Popper contended that, fundamentally, the natural and the social sciences both involve proposing hypotheses and testing them against empirical evidence - the bolder the hypotheses, the better. The most daring of such hypotheses, and the ultimate aim of any mature science, are scientific laws, [...] (GORTON, 2006, p. 5).

<sup>7</sup> Para aprofundar essa questão, bem além dos limites que aqui nos interessam (OLIVA, 2001).

<sup>8</sup> A esse respeito cf., entre tantas possibilidades (POPPER, 1979, cap. 1).

<sup>9</sup> Pereira (2009; 2011).

No ponto que nos interessa nesse texto – teoria da ciência em geral e das humanas, mais especificamente – cabe reconhecer, além do caráter transcendental dos aprioris de Popper, a centralidade da questão da ‘tradição’. As ciências naturais se inserem na tradição galilaica (POPPER, 1998, Chapter 3) e, salvo alguns desvios<sup>10</sup>, não apresentam maiores dificuldades. No campo das ciências humanas essa inserção nos força a reconhecer o caráter teórico dos fatos sociais. A expressão ‘guerra’ é tão teórica quanto à expressão ‘copo de água’; o que não é teórico são as pessoas que amo ou odeio e morrem nessa guerra. Dito em outras palavras: se todos os objetos das ciências sociais são teóricos, aprioristicamente dados e enquanto inseridos numa tradição específica, devem ser interpretados partindo da elaboração de modelos que os refiram a instituições e expectativas de indivíduos; ou seja, Popper assume claramente o individualismo metodológico:

[...] a tarefa da ciência social é a de formular e analisar cuidadosamente os modelos sociológicos em termos descritivos ou nominalistas, ou seja, em termos de indivíduos, de suas atitudes, expectativas, relações e assim por diante – um postulado que podemos denominar ‘individualismo metodológico’ (POPPER, 1980, p. 106).

O que foi dito nos conduz, num primeiro momento, a tratar da formação dessas expectativas e, principalmente, quanto à objetividade que eventualmente possam apresentar.

### Um Pouco de Teoria do Conhecimento

Tradicionalmente, tratar da formação das expectativas nos remete a questão referente às origens do conhecimento. À guisa de exemplificação, acompanhemos rapidamente duas posições clássicas: o empirismo e o racionalismo. Tanto Bacon quanto Descartes julgam que o conhecimento

<sup>10</sup> Entre os Filósofos da Ciência Paul Feyerabend é o exemplo paradigmático, enquanto entre os “alienígenas” a primeira geração da Escola de Frankfurt – Adorno, Horkheimer, Marcuse -, bem como os franceses em geral: Foucault, Deleuze, Derrida, etc. – (basta lembrar o episódio Sokal), podem ser ditos legítimos representantes do irracionalismo. Habermas, principalmente após Técnica e Ciência enquanto Ideologia, parece se afastar em muito desses parâmetros, pois percebe claramente a ingenuidade romântica presente em um Marcuse - conceber a ciência moderna apenas como um projeto historicamente particular somente seria possível caso fosse viável apresentar um projeto alternativo que definisse não só uma nova ciência, como também uma nova tecnologia, um projeto que desvelasse não só o caráter ilusório e ideológico tanto do avião (tecnologia) quanto da Teoria da Relatividade (ciência).

Habermas (1983), ao contrário, parte de uma distinção entre trabalho e interação. Entende por ‘trabalho’ o agir-racional-com-respeito-a-fins, quer seja um agir instrumental, uma escolha racional ou a combinação de ambos. Objetiva certa finalidade em um contexto pré-dado e tem sua valoração fundada na maneira eficaz de atingir suas metas. Suas regras estão articuladas a partir de proposições empiricamente verdadeiras e sua eficácia baseada na consecução de seus objetivos. Um eventual fracasso é “punido” com a impotência instrumental diante da realidade. A interação, o agir comunicativo, é um agir simbolicamente mediatizado por normas que se pretendem válidas de maneira obrigatória e que definem expectativas recíprocas de comportamento. Essas normas são fortalecidas ou desautorizadas por sanções sociais, refletem não um conjunto de habilidades operativas, mas sim visam a moldar estruturas de personalidade.

De posse dessa distinção, Habermas defende a idéia de que ciência e técnica, a partir do final do Século XIX, adquiriram um novo status. Se é inegável que o capitalismo sempre buscou aumentar sua produtividade pelo desenvolvimento de novas técnicas, cabe agora reconhecer que com a pesquisa industrial em larga escala, ciência e técnica foram inseridas definitivamente no sistema produtivo. A primeira consequência dessa inserção é fazer regredir na consciência dos homens o dualismo entre trabalho e interação, formando uma nova ideologia. Expliquemos um pouco melhor esse ponto. Se por um lado parece ser lícito dizer que os interesses sociais “comandam” a direção do progresso técnico, de fato o que ocorre na prática é o oposto. A inserção da técnica e da ciência como a principal força produtiva, faz com que essas se tornem o parâmetro de avaliação das relações interativas, fazendo com que o agir comunicativo apenas pareça fazer sentido quando viabiliza o agir-racional-com-respeito-a-fins. A idéia de uma ordem moral interiorizada é subjugada pela normatização tecnocrática da realidade; hoje não mais podemos falar de uma ideologia que subjugue uma classe aos interesses de outra, é o próprio interesse emancipatório da espécie humana que é subjugado ao agir instrumental.

Habermas (1983) reconhece ser inegável que somente existe uma única forma de se fazer ciência, conseqüentemente é um contrassenso afirmar o caráter ideológico do conteúdo do discurso científico; todavia a universalização da racionalidade custo/benefício, de modo a torná-la parâmetro de avaliação de todas as atividades humanas é que configura o grande problema.

tem uma origem, somente diferem sobre qual seja essa. Ambos também concordam que, uma vez descoberta essa origem, seria possível, a partir dela, fundamentar para além de qualquer dúvida razoável o conhecimento humano. Isso decorre do fato de que, para ambos, a verdade é evidente. Adotam uma posição denominada por Popper ‘epistemologia otimista’, definida da seguinte forma:

A concepção otimista de que a verdade, quando se desvela diante de nós, é sempre reconhecível enquanto verdade. Se não se revela por si mesma, apenas é necessário desvelá-la ou descobri-la. Uma vez feito isso, não se requer maior discussão. Temos olhos para ver a verdade e a “luz natural” da razão para iluminá-la. Essa doutrina está no âmago dos ensinamentos de Descartes e Bacon (POPPER, 1998, p. 7).

Historicamente, essa idéia constitui-se em uma das bases do liberalismo. Se o homem pode conhecer, então ele pode ser livre. O problema é que essa idéia traz embutida em si uma questão perturbadora: se a verdade é evidente, bastando para tanto que limpemos a tela para que apareça, porque até agora isso não aconteceu? Ou seja, o otimismo epistemológico carrega em si o seu antípoda: a teoria da conspiração. Dada a evidência da verdade, apenas fatores externos a mesma podem afetar sua manifestação. Talvez os homens precisem ser educados para a verdade e, mesmo assim, nem todos sejam essencialmente aptos para captá-la – Platão.

Talvez a ideologia dominante determine a consciência dos indivíduos, de modo a aceitarem como verdadeiro aquilo que é apenas ilusório – Marx. Talvez os homens ainda não tenham aprendido as armadilhas presentes na linguagem, de modo que tomam por significativas proposições carentes de sentido – Positivismo Lógico, etc.

E qual seria a resposta de Popper? Simples, esse é um problema ilusório. Existem muitas fontes do conhecimento, tantas que sequer é possível enumerá-las, mas todas com uma mesma característica: nenhuma delas tem qualquer

tipo de autoridade para sancionar a verdade. O conhecimento começa e termina com problemas. Isso vale para o conhecimento humano em geral, e para o conhecimento científico em especial:

O desenvolvimento do conhecimento consiste sempre em corrigir o conhecimento anterior. Historicamente, a ciência começa com o conhecimento pré-científico, com os mitos pré-científicos e as expectativas pré-científicas. Estes por sua vez não têm um começo. “Começam” quando começa a vida, e já no começo da vida existem problemas, os problemas da sobrevivência. Assim nunca houve um primeiro conhecimento gravado em uma mente inocente ou em uma tabula rasa [...]. Simplesmente não há conhecimento sem alguma classe de conhecimento anterior, sem algum tipo de expectativa de que é uma modificação. Essas modificações se produzem especialmente quando o conhecimento anterior se encontra em dificuldades como, por exemplo, quando uma expectativa se vê frustrada, ou seja, quando surge um problema (POPPER, 1996, p. 156).

Dessa maneira, qualquer conhecimento, qualquer teoria científica, é uma tentativa de resolução de problemas, de transformar o inesperado em antecipado para, novamente, ser surpreendida por um novo problema. Compreender um sistema de enunciados, uma teoria científica ou filosófica, nada mais é do que compreender qual o problema a que ela se propõe resolver. Nesse sentido, Popper nos afirma que o conhecimento começa e termina em problemas, e justamente por isso podemos entender porque para ele o assim chamado ‘método científico’ é algo muito simples e, em princípio, comum tanto para as ciências naturais quanto para as ciências sociais:

1. Seleccionamos um problema, talvez por termos tropeçado com ele.
2. Tratamos de resolvê-lo propondo uma teoria como solução conjectural.
3. Por meio da discussão crítica de nossa teoria nosso conhecimento se desenvolve através da eliminação de alguns erros, e dessa maneira aprendemos a compreender nossos problemas e

nossas teorias, assim como a necessidade de novas soluções.

4. A discussão crítica inclusive de nossas melhores teorias sempre traz a luz novos problemas (POPPER, 1996, p. 159).

A grande diferença entre o conhecimento científico e o senso comum é que conhecimento científico é crítico em pelo menos quatro parâmetros: a) verificação da coerência interna do sistema; b) análise da forma lógica, de modo a avaliar se a teoria é empírica ou tautológica. c) comparação com outras teorias, de modo a descobrir se sua aceitação representa uma evolução no saber. d) confronto com aplicações empíricas, principalmente no que tange a suas previsões<sup>11</sup>. Caso passe nesses testes, a teoria foi corroborada.

Tudo isso pressupõe que em sua elaboração uma teoria científica<sup>12</sup> seja dotada de falseadores potências, isto é, enunciados de um nível mais baixo de universalidade que nos permitam um “choque” com o mundo, com uma realidade que é pré-dada. Desse choque com o mundo emerge a verdade como idéia reguladora<sup>13</sup>.

Como podemos notar em Popper, as expectativas desde sempre são pré-dadas, quer por serem originariamente referentes à sobrevivência do

organismo, quer por estarem plasmadas em mitos ou questões de ordem prática. O que torna uma expectativa científica é o fato de ser objetiva, ou seja, passível de ser intersubjetivamente testável. Dito isso, passemos agora à questão que mais diretamente nos interessa: a epistemologia das ciências humanas.

### A Lógica Situacional

Popper nos oferece uma exposição clara e pormenorizada acerca da epistemologia das ciências humanas num texto apresentado em 1963 ao Departamento de Economia da Universidade de Harvard. Esse texto, infelizmente, só veio a ser publicado na íntegra em 1994 e seu título é *Modelos, Instrumentos e Verdade*<sup>14</sup>. Logo no início do texto faz uma afirmação categórica: “Meus pontos de vista sobre a metodologia das ciências sociais são resultado de minha admiração pela teoria econômica: comecei a desenvolvê-los há vinte cinco anos, ao tratar de generalizar o método da economia teórica.” (POPPER, 1996, p. 154); em nota de rodapé cita um autor em especial: F. A. von Hayek<sup>15</sup>, principalmente no que tange a questão da “lógica da escolha”.

<sup>11</sup> Um exemplo clássico diz respeito às conseqüências da teoria da relatividade no que tange ao universo ser um sistema não-estático. Acompanhemos essa sucinta descrição de Stephen W. Hawking: “Apenas um homem, ao que parece, ousou apostar na relatividade geral, e, enquanto Einstein e outros físicos procuravam formas de evitar a previsão da relatividade geral de um universo não-estático, o físico e matemático russo Alexander Friedmann, ao contrário, tentava explicá-la.

Friedmann levantou hipóteses muito simples sobre o universo: que pareceria idêntico em qualquer direção que o olhássemos, e que isso também seria verdade se o estivéssemos observando de qualquer outro lugar. A partir dessas duas idéias isoladas, Friedmann demonstrou que não se deveria esperar que o universo fosse estático. De fato, em 1922, muitos anos antes da descoberta de Edwin Hubble, Friedmann previu exatamente o que Hubble descobriria.” (HAWKING, 1990, p. 52). Esse exemplo ilustra, além da falseabilidade, a definição de empiricidade de uma teoria não a partir da dedução de enunciados singulares, mas sim a partir de seus falseadores potenciais.

<sup>12</sup> Como nosso objetivo básico se refere às ciências humanas e a idéia de lógica situacional, não aprofundaremos aqui a discussão sobre a estrutura de uma teoria científica. De qualquer forma, Popper a define da seguinte maneira: “A theory is to be called ‘empirical’ or ‘falsifiable’ if it divides the class of all possible basic statements unambiguously into the following two non-empty subclasses. First, the class of all those basic statements with which it is inconsistent (or which it rules out, or prohibits): we call this the class of the potential falsifiers of the theory; and secondly, the class of those basic statements which it does not contradict (or which it ‘permits’). We can put this more briefly by saying: a theory is falsifiable if the class of its potential falsifiers is not empty.” (POPPER, 2005, p. 86). Para uma visão mais “consensual” a propósito do conceito de ‘teoria’ (GIERE, 2002).

<sup>13</sup> Sobre a questão da verdade cf.: Popper (1998, cap. 10); Popper (1979, cap. 2). Para uma crítica que Popper não conseguiu responder cf. Miller (1994). Para um apanhado geral desse debate cf.: Brink (2002).

<sup>14</sup> Popper, 1996, cap. 8.

A postulação da economia enquanto lógica da escolha já pode ser encontrada em Ludwig von Mises, cujo ponto de partida é a idéia de ‘Ação Humana’ (MISES, 1996, p. 1). Todo o comportamento humano - e isso compreendido como uma verdade analítica - é uma tentativa da vontade de buscar pelos meios mais adequados alterar sua situação, visando a uma maior satisfação, sendo esse aumento de satisfação o lucro. Em Hayek, esse modelo a priori é enriquecido pelo reconhecimento das peculiaridades pelas quais o agente social não só adquire o conhecimento necessário para ação, como também tem obliteradas e limitadas essas possibilidades<sup>16</sup>, por isso a economia teria seu estatuto epistemológico definido a partir daí<sup>17</sup>. O grande problema é que o radical individualismo<sup>18</sup> presente nessa tese tende a ignorar o aspecto institucional presente na ação social. É como forma de preencher esse hiato que Popper elabora a idéia de ‘Lógica Situacional’. Vejamos como isso se dá.

Na ciência, podemos explicar acontecimentos singulares do tipo: quando ocorrerá o próximo eclipse; quando ocorrerá a próxima crise de emprego no RS. Também podemos explicar uma classe de eventos: por que os eclipses da lua só ocorrem quando há lua cheia ou por que existe flutuação de emprego na construção civil. A diferença entre ambas é que as primeiras podem ser resolvidas empregando diretamente a noção clássica de explicação que expusemos anteriormente, enquanto para responder

as questões do segundo tipo deveremos valer-nos de modelos. Vejamos a diferença. Para explicar um eclipse precisamos das leis de Newton e as condições iniciais de três corpos: Terra, Sol e Lua. Todavia se quisermos explicar porque os eclipses da Lua pressupõem a Lua cheia, será mais simples se construirmos um modelo mecânico real, ainda que rudimentar, que nos permita visualizar a situação em questão. Para essa explicação, poderíamos, conforme nos diz Popper, construir um modelo empregando uma lâmpada que representasse o Sol e mais duas esferas com tamanhos proporcionais para a Terra e a Lua. Esse modelo simplificado não pretende representar a situação real, apenas ilustrá-la, todavia coloca de imediato uma questão: qual o mecanismo real que anima o modelo? Antes de tudo, precisamos ter claro que em uma explicação que envolve modelos não precisamos introduzir condições iniciais, já que a função do modelo é justamente incorporar em si as condições iniciais. Obviamente, na medida em que isso se dá, o modelo aponta diretamente para a necessidade de leis universais, já que seriam essas que em última análise “animam” o modelo. Historicamente a ciência tende a começar com modelos, basta recordarmos aqui Ptolomeu, Copérnico, Kepler, etc. Entretanto, nas ciências naturais, esses modelos apontam para as leis naturais, por isso aqui surgiu a mecânica newtoniana que forneceu a leis que animaram o modelo de Kepler.

<sup>15</sup> Discutimos Hayek e Popper com algum pormenor em (PEREIRA, 1993, p. 156-162); para uma visão atual da discussão, principalmente no âmbito político, cf.: (O’HEAR, 2006; HAYES, 2009). A correspondência entre Popper e Hayek - foram amigos a vida inteira - está em processo de preparação para ser publicada.

<sup>16</sup> Gamble explicita bem esse ponto: “The knowledge which members of modern societies possess is necessarily imperfect and incomplete, and can never be perfected. This is so for several reasons which are all interlinked; first, because in any modern society knowledge is fragmented and dispersed among millions of individuals; second, because the limits of human reason mean that many things remain unknown and unknowable to individual members of society whether in their roles as social actors or social theorists; and third, because the unintended consequences of human action and the tacit nature of so much of the knowledge that individuals do possess means that modern societies have to be understood as organisms evolving through time, representing extremely complex phenomena which defy the normal methods of science either to explain or to control.” (GAMBLE, 2006, p. 111).

<sup>17</sup> “In short, I shall contend that the empirical element in economic theory - the only part which is concerned not merely with implications but with causes and effects and which leads therefore to conclusions which, at any rate in principle, are capable of verification - consists of propositions about the acquisition of knowledge.” (HAYEK, 1949, p. 33).

<sup>18</sup> Simkin defende a idéia de que esse individualismo teria sua matriz em Menger, que o teria postulado como forma de combater o historicismo determinista. Cf. a esse respeito Simkin, 1993, p. 123.

A pergunta que se impõe é: e quanto às ciências sociais? Para Popper, nessas os modelos seriam inclusive mais importantes, pois operam “[...] quase sempre pelo método de construir situações ou condições típicas, mediante o método de construção de modelos.” (POPPER, 1996, p. 166). Seu objetivo é explicar fatos em termos de ações humanas e situações sociais: “A descrição de uma situação histórico-social concreta é o que em ciências sociais corresponde a *enunciar as condições iniciais* das ciências naturais. Os modelos das ciências sociais teóricas são em essência descrições ou construções de *situações sociais típicas*.” (POPPER, 1996, p. 166, grifos do autor ). Para clarificar esse ponto, primeiro iremos esboçar os principais elementos dos modelos explicativos em ciências sociais, para, em seguida, apresentar as leis que animam o modelo.

Popper propõe analisarmos uma situação simples: o ato de atravessar uma rua. Numa situação desse tipo, temos pelo menos os seguintes elementos: os diversos obstáculos físicos que se movimentam, carros etc.; os movimentos que devemos executar para chegar a salvo do outro lado da rua; um conjunto de regras de circulação e sinais, tanto para os carros quanto para os pedestres que, ou se relacionam aos objetos e pessoas ou a esses estão incorporados (no caso de um guarda de trânsito, por exemplo). A esse conjunto de regras incorporadas que impõem limites e criam obstáculos, Popper dá o nome de ‘instituição social’. É claro que esses elementos pressupõem certos objetivos do agente social e esse, por sua vez, somente pode ser limitado na medida em que tenha certo conhecimento/informação sobre as instituições sociais. Ora, introduzir os “objetivos” do agente não abre o flanco para o psicologismo?

Cabe aqui lembrar que o texto que ora examinamos foi escrito em 1963, anterior, portanto, ao pluralismo ontológico de Popper. Talvez caiba aqui um rápido

adendo sobre a questão dos Três Mundos para entender porque a introdução de “objetivos” não conduz Popper na direção do psicologismo.

A tese dos Três Mundos é bem conhecida. Popper discute-a em vários textos, e ela pode ser inicialmente enunciada de maneira bem simples: um livro, por exemplo, é um objeto físico, nesse sentido faz parte do que Popper chama de Mundo 1, porém foi escrito por alguém, é o que Popper chama de Mundo 2, entretanto esse livro veicula uma idéia, que pode ser verdadeira ou falsa, consistente ou contraditória, é o que Popper chama de Mundo 3. Esse singelo exemplo chama a atenção à primeira vista por distinguir M 2 de M 3. Afinal de contas, não existem grandes dificuldades em admitir que um livro seja um objeto físico, assim como uma pedra, uma planta, etc., porém distinguir M 2 de M 3 é distinguir entre o fato de o livro ter sido produzido por alguém e o conteúdo do próprio livro. É exatamente por isso que Popper distingue dois tipos de conhecimento: “(1) Conhecimento ou pensamento no sentido subjetivo, constituído de um estado de espírito ou de consciência ou de uma disposição para reagir; e (2) conhecimento ou pensamento num sentido objetivo, constituído de problemas, teorias e argumentos como tais.” (POPPER, 1979, p. 108-109). Por M 2 Popper entende o mundo dos estados mentais dos seres vivos, das disposições para reagir: homens e animais, à medida que possuem corpos são M 1, e aqueles que possuem estados mentais são M 2, porém apenas os homens são capazes de criar M 3. Por M 3, entende Popper os produtos da mente, tais como livros, teorias (verdadeiras ou falsas), mitos, etc. Esse Mundo é real como os Mundos 1 e 2, não apenas por conter materializações de idéias subjetivas, mas também porque induz os homens não só a produzir outros objetos do Mundo 3, mas



igualmente a manipular M 1 e M 2 de determinada maneira e, principalmente, a descobrir novos objetos em M 3:

Devemos admitir, é claro, que as teorias são produtos do pensamento humano (ou se você preferir, do comportamento humano – eu não vou discutir sobre palavras). Entretanto, elas têm certo grau de autonomia, elas têm objetivamente conseqüências sobre as quais ninguém havia pensado, e que tiveram de ser descobertas; descobertas no mesmo sentido em que descobrimos uma planta ou um animal existente, porém até então desconhecido. Podemos dizer que o Mundo 3 é feito pelo homem, apenas no que se refere a sua origem, e que as teorias, uma vez existentes, começam a ter vida própria, produzem conseqüências invisíveis anteriormente, e produzem novos problemas (POPPER; ECCLES, 1993, p. 40).

Cabe enfatizar que o M 3 não se reduz ao mundo das teorias científicas, nesse habitam tanto poemas quanto demandas éticas. Como podemos observar, no M 3 situam-se as instituições sociais supramencionadas, enquanto no M 2 situam-se os objetivos e convicções dos agentes sociais. Dada a irredutibilidade entre ambos, em momento algum é viável acusar Popper de psicologismo.

Feito esse esclarecimento, os objetivos dos agentes devem ser tratados como elementos da situação social objetiva: “Somente nos interessará a informação ou conhecimento (como seu conhecimento das regras de circulação) que resultem pertinentes a situação.” (POPPER, 1996, p. 167). Tomar as coisas dessa maneira deixa claro que, quando fazemos ciência, nosso interesse não refere uma conduta singular, mas sim a uma conduta típica, isto é, um modelo. O agente social não é Neymar ou Pelé, mas sim ‘X’, um X qualquer que esteja colocado na mesma situação. A pergunta agora é: qual a lei que, a semelhança das leis de Newton, anima esse modelo? Uma vez que rejeitamos o psicologismo, certamente não serão leis da “natureza humana”. Popper propõe que a lei pode ser enunciada da seguinte maneira: em uma dada situação social “[...] as diversas pessoas e os diversos agentes implicados atuam adequadamente ou apropriadamente, quer dizer, de acordo com a

situação.” (POPPER, 1996, p. 169). Essa suposição é um princípio quase vazio denominado ‘Princípio de Racionalidade’. Cabe frisar que esse princípio não implica qualquer suposição de que o “homem” é racional em sua “essência”, ou que aja sempre racionalmente. É apenas uma conseqüência do postulado metodológico que busca explicar algo em termos de uma situação ou modelo: “[...] uma vez que construímos nosso modelo de situação, não iremos supor outra coisa além do fato de que os atores atuam nos termos desse modelo, ou que “explicitam” o que estava implícito na situação. É isso que quero aludir com a expressão ‘lógica situacional’.” (POPPER, 1996, p. 168). Dessa maneira, o Princípio de Racionalidade nada mais é do que um subproduto de um postulado metodológico. Não se pretende uma teoria empírica, uma hipótese falseável e, muito menos, um juízo analítico válido a priori. Popper, no entanto, vai mais além, pois chega a admitir que mesmo em sua formulação mais débil o Princípio da Racionalidade é provavelmente falso. Mas se assim o for, temos pelo menos duas questões: como poderia um princípio falso dar origem a uma explicação verdadeira e, mais ainda, por que não voltar à tese do falseamento sobre o princípio, uma vez que ele não é nem analítico e nem metafísico?

A primeira questão se responde facilmente: basta que se atente para a tabela de verdade da implicação material:

P	Q	$P \rightarrow Q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

A possibilidade de um princípio falso gerar um conseqüente verdadeiro se apresenta na terceira linha, na qual, na implicação, o antecedente ‘F’ e o conseqüente ‘V’ têm por resultado ‘V’.

Quanto à segunda questão, Popper admite que quando trabalhamos com modelos o que fazemos é trabalhar com uma simplificação, e isso se dá tanto nas ciências sociais quanto nas ciências naturais: no modelo de Kepler não existem meteoritos por exemplo. Defender nas ciências sociais a não falseabilidade do Princípio de Racionalidade (quando se submete um modelo explicativo a teste) é uma decorrência apenas da fertilidade que ele nos proporciona, pois esse princípio não é válido a priori, nem verdadeiro:

[...] sustento que abster-nos de acusar o princípio de racionalidade da quebra de nossas teorias é uma boa política, uma boa política metodológica. Aprendemos mais se acusarmos o nosso modelo situacional. Pode-se considerar, pois, a política de sustentar o princípio como parte de nossa metodologia (POPPER, 1996, p. 177).

O modelo explicativo é muito mais interessante e informativo do que o princípio. Nada de novo iremos aprender se rejeitarmos o princípio, por não ser esse universalmente verdadeiro ou adequado para todas as ações. O que de fato nos interessa em ciência é o permanente aprimoramento dos modelos, ou seja, o processo de conjecturas e refutações que leva a evolução do conhecimento, pois como já vimos anteriormente, o conhecimento começa com problemas e termina com problemas. Rejeitar o princípio em nada nos ajudaria nesse processo, já rejeitar o modelo...

Uma última questão mereceria ser agora rapidamente enfocada. Se o Princípio de Racionalidade nos diz que as pessoas sempre agem de maneira apropriada, como explicar atos em que isso não se dá ou, em outras palavras, Popper está defendendo a idéia de que não existem atos irracionais?

Para discutir essa questão, Popper nos propõe distinguir em uma ação social pelo menos três

sentidos em que o termo ‘racionalidade’ pode ser interpretado: a) a situação social tal como ela é, e que tentamos enquanto historiadores/cientistas sociais, reconstruir; b) a situação social tal como o agente a viu; c) a situação tal como o agente, dentro da situação objetiva, poderia tê-la visto ou talvez devesse tê-lo feito. Tendo em mente esses três sentidos, sempre haverá racionalidade na ação, o que não exclui um eventual erro do agente social frente à situação que objetivamente se apresenta a ele. Visto sob esse parâmetro, a distinção entre ‘racionalidade’ e ‘irracionalidade’ em Popper apenas se dá no que tange a revisão de atitude. A diferença entre um louco e uma pessoa sã é que, enquanto a pessoa sã está disposta a revisar seus atos na medida em que lhe sejam apresentadas razões satisfatórias para tanto, um louco se aferra a seus pontos de vista independentemente das razões objetivas que lhe sejam apresentadas para descartá-lo.

## Considerações Finais

O projeto epistemológico de Popper, no que tange as ciências sociais parece-nos coerente com seu projeto global de Filosofia da Ciência: viabiliza a racionalidade nas chamadas “ciências do espírito”, sem que isso implique em mergulhar na clássica dicotomia explicar-compreender.

Não nos parece que, quando Popper propõe excluir o Princípio de Racionalidade do processo de falseamento, isso esteja a implicar uma contradição com o restante de sua Filosofia. Desde sempre, Popper nos afirma que o objeto por excelência da ciência é a evolução do conhecimento e, à medida que a manutenção do princípio viabiliza o processo de conjecturas e refutações no que tange aos modelos teóricos propostos. Se são esses que veiculam o conhecimento, a manutenção de um princípio parece-nos (Não cabe empregar palavras de valor impressionístico, como parece.) plenamente justificada, desde que se admita explicitamente seu caráter pragmático operacional.

O problema situa-se no tipo de ação social que

se pretende explicar. Não resta dúvida de que, quando empregamos a metodologia proposta por Popper para explicar a história da ciência, ela parece ser bem adequada<sup>19</sup>. Já não parece ser esse o caso quando o empregamos para explicar atos humanos que não envolvam apenas produtos científicos. Kenneth Minogue (MINOGUE, 1995) aponta o fato de que atos humanos não envolvem apenas relações objetiváveis em termos de lógica situacional. Não há dúvida que é relativamente simples demarcar as relações entre Galileu e os objetos do M 3 que o levam a propor uma determinada teoria para explicar o movimento das marés, todavia o mesmo não parece ser o caso quando visamos a explicar as razões que o levaram a abjurar frente a Inquisição. Em situação semelhante, Sócrates negou-se a uma retratação. Minogue chama isso de ‘identidade moral’ do agente social. Até que ponto é viável para todas as ações sociais tratar os agentes como ‘X’ (processo necessário para se fazer ciência) e não como uma singularidade irreduzível? Essa é uma questão que não nos fica suficientemente clara na proposta de Popper. Senão vejamos.

O modelo de análise situacional, tal como brevemente acima exposto, fornece explicações pela construção de modelos, isto é, opera com condições iniciais e prognoses. Sua “lei geral” é admitida como possivelmente falsa. Nesse sentido, manter o princípio de racionalidade é uma questão de “política metodológica”, política essa guiada pela fertilidade dos resultados que o modelo proposto nos permite obter. Colocadas as coisas dessa forma, é um método – dentre tantos métodos possíveis -, cuja justificativa será, em última análise, de ordem pragmática. O problema é que Popper tenta negar, no decorrer do texto, a possibilidade de negação pragmática e essa opção sacrifica a idéia de ‘verdade’ e, conseqüentemente, reduz as ciências humanas em geral, e a economia em particular, a

uma mera intervenção tecnológica sobre a realidade.

Não estaria Popper recolocando em sua análise epistemológica das ciências humanas a distinção neopositivista “sentido-absurdo”, à medida que restringe a verdade ao âmbito das ciências naturais, e relega as humanidades um mero papel de intervenção tecnológica sobre o real?

Quer nos parecer que não, mas para isso o escopo da proposta popperiana deverá ser um tanto ampliado tal como propusemos em nossa tese de doutorado. O resultado geral a que chegamos foi que o pensamento de Popper somente pode ser corretamente compreendido enquanto sistema, isto é, enquanto explicação global da realidade. Essa explicação tem por base dois pilares de sustentação: uma metafísica realista de cunho indeterminista e uma teoria do conhecimento de matriz evolucionária. Perseguindo essa metafísica, objetivamos a coerência do todo em detrimento da especificidade de suas partes, ou seja, em nossa tese dois importantes temas da filosofia de Popper foram deixados de lado: a *Ética* e a *Política*.

Julgamos que uma saída não instrumentalista para a epistemologia das ciências humanas de Popper implicará defender a hipótese de que o Princípio de Racionalidade, tal como exposto no texto *Models, Instruments and Truth* de 1963, não é vazio, ou mesmo possivelmente falso; ao contrário, é passível de sustentação racional a partir dos *pressupostos morais* resultantes da assunção de uma atitude racionalista, bem como da *adoção política da proposta de mecânica social gradual*, tal como argumentados por Popper em *The Open Society and its Enemies*. Dessa maneira, não será um mero pragmatismo instrumental que conduzirá o raciocínio de Popper, mas sim uma opção básica de ordem ética e política – distante, portanto, de qualquer viés neopositivista.

<sup>19</sup> Cf. por exemplo Popper (1979, cap. 4).

## Referências

- ADORNO, T. *La disputa del positivismo en la sociología Alemana*. Tradução de Jacobo Munoz. México: Grijalbo, 1973.
- BRINK, C. Verisimilitude. In: NEWTON-SMITH, W. H. (Ed.). *A Companion to the philosophy of science*. Oxford: Blackwell, 2002. p. 561-563.
- GAMBLE, A. *Hayek on knowledge, economics, and society*. In: FESER, E. (Ed.). *The cambridge companion to Hayek*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 111-131.
- GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Tradução de Cibele Saliba Rizek. São Paulo: EDUNESP, 1998.
- GIERE, R. N. *Theories*. In: NEWTON-SMITH, W. H. (Ed.). *A companion to the philosophy of science*. Oxford: Blackwell, 2002. p. 515-524.
- GORTON, W. A. *Karl Popper and the social sciences*. New York: University of New York Press, 2006.
- HAWKING, S. W. *Uma breve história do tempo*. Tradução de Maria Helena Torres. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- HAYEK, F. Economics and knowledge. In: \_\_\_\_\_. *Individualism and economic order*. London: Routledge, 1949.
- HAYES, C. Popper, *Hayek and the open society*. London: Routledge, 2009.
- HEMPEL, C. G. Explicação científica. In: MORGENBESSER, S. (Org.). *Filosofia da ciência*. Tradução de Octany S. da Mota e Leônidas Hegenberg. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
- HABERMAS, J. *Técnica e ciência enquanto ideologia*. Tradução de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- MILLER, D. *Critical rationalism: a restament and defense*. Chicago: Open Court, 1994.
- MINOGUE, K. Does Popper explain historical explanation? In: O'HEAR, A. (Org.). *Karl Popper: philosophy and problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MISES, L. von. *Human Action: a treatise on economics*. 4th. New York: Yale University, 1996.
- O'HEAR, A. Hayek and Popper: the road to serfdom and the open society. In: FESER, E. (Ed.). *The Cambridge Companion to Hayek*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- OLIVA, A. À Espera da ciência: um mundo de fatos pré-interpretados, *Episteme*, Porto Alegre, n. 13, jul./dez. 2001. Disponível em: <[http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=31&Itemid=28](http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=28)>. Acesso em: 28 maio 2010.
- PEREIRA, J. C. R. *A fórmula do mundo segundo Karl Popper*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- \_\_\_\_\_. J. C. R. *Epistemologia e liberalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- \_\_\_\_\_. J. C. R. O realismo como pressuposto metafísico na filosofia na ciência de Karl Popper. *Theoria*, Pouso Alegre, v. 3, n. 8, 2011.
- POPPER, K. R.; ECCLES, J. C. *The Self and its brain*. 3. ed. London: Routledge, 1993.
- POPPER, K.R. *Objective knowledge*. Oxford: Clarendon Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. R. *The logic of scientific discovery*. London: Routledge, 2005.
- \_\_\_\_\_. R. *A miséria do historicismo*. Tradução de Octany S. da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1980.
- \_\_\_\_\_. K. R. *Conjectures and refutations*. 5. ed. London: Routledge, 1998.
- \_\_\_\_\_. R. *The myth of framework*. London: Routledge, 1996.
- SCHLICK, M. Positivismo e realismo. In: SCHLICK, M.; CARNAP, R. *Textos escolhidos*. Tradução de Luiz João Baraúna e Pablo Rubem Mariconda. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção os Pensadores).
- SIMKIN, C. *Popper's views on natural and social science*. Netherlands: Brill, 1993.

Recebido em: junho 2010.

Aprovado em: novembro 2010.